



Anelice Calixto Ruh  
(Organizadora)

**Saberes e  
Competências  
em Fisioterapia e  
Terapia Ocupacional 2**

Anelice Calixto Ruh  
(Organizadora)

# Saberes e Competências em Fisioterapia e Terapia Ocupacional 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Lorena Prestes  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
S115	Saberes e competências em fisioterapia e terapia ocupacional 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Anelice Calixto Ruh. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Saberes e Competências em Fisioterapia e Terapia Ocupacional; v. 2)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-471-9 DOI 10.22533/at.ed.719191007  1. Fisioterapia. 2. Terapia ocupacional. 3. Saúde. I. Ruh, Anelice Calixto. II. Série.  CDD 615
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A Fisioterapia e a Terapia Ocupacional eram vistas como profissões secundárias na saúde pública, mas de uns anos para cá se tornaram primordial nas equipes de atenção primária a saúde, incluindo serviços de emergência e urgência, prevenção e tratamento.

Como estes profissionais dispensam uma atenção e contato direto com o paciente, devem estar atentos a sua forma de trabalho e carga horária. Estas condições e as formas de organização do processo de trabalho podem proporcionar equilíbrio e satisfação, como podem gerar tensão, insatisfação e conseqüentemente adoecimento do trabalhador. Neste volume encontramos uma revisão muito importante a cerca deste tema ainda não explorado.

No âmbito da terapia ocupacional a música se torna um instrumento de reabilitação, reinserção, tratamento e prevenção de muitos desvios comportamentais principalmente dos jovens.

Alvo de discriminação pessoas com problemas de saúde mental eram excluídas da sociedade. Mas as práticas de cuidado em saúde mental atualmente têm demonstrado experiências positivas de inclusão social por meio de diversos dispositivos, dentre eles o trabalho, confirmando uma estratégia potente no processo de emancipação e de autonomia das pessoas com transtornos mentais.

Ainda neste volume encontramos artigos sobre doenças relacionadas ao envelhecimento.

Se atualize constantemente!

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO TRANSPORTE AÉREO DE PACIENTES CRÍTICOS	
Geiferson Santos do Nascimento Keli Nascimento de Araújo Railton da Conceição Menezes Silviane Passos Monteiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7191910071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
SÍNDROME DE BURNOUT EM FISIOTERAPEUTAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	
Cleide Lucilla Carneiro Santos Carlito Lopes Nascimento Sobrinho Gabriella Bene Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7191910072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>30</b>
FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE DA FAMÍLIA: O OLHAR DOS FISIOTERAPEUTAS EGRESSOS DE UMA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL	
Alana Maiara Brito Bibiano Emanuella Pinheiro de Farias Bispo Marília Martina Guanaany de Oliveira Tenório Roberto Firpo de Almeida Filho Michelle Carolina Garcia da Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7191910073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
A PRÁTICA FISIOTERAPÊUTICA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE: ANALOGIA ENTRE A PROPOSTA DO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF) E UMA REALIDADE NA REGIÃO AMAZÔNICA	
Geiferson Santos do Nascimento Isabella Naiara de Almeida Moura	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7191910074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>54</b>
HIP HOP E TERAPIA OCUPACIONAL : IDENTIDADE, CONSCIENTIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE JOVENS	
Heliana Castro Alves Natasha Pompeu de Oliveira Aline Dessupoio Chaves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7191910075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>67</b>
DELINEANDO O CAMINHO: SELECIONANDO DESCRITORES PARA REVISÃO INTEGRATIVA NO ÂMBITO DA TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL	
Yuri Fontenelle Lima Montenegro Chrystiane Maria Veras Porto Marilene Calderaro Munguba	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7191910076</b>	

<b>CAPÍTULO 7 .....</b>	<b>78</b>
TERAPIA OCUPACIONAL E O MOVIMENTO DE ARTES E OFÍCIOS: UMA PROPOSTA ONTOLÓGICA DO FAZER ARTESANAL	
Geruza Valadares Souza Marcus Vinicius Machado de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7191910077</b>	
<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>98</b>
IMPLEMENTAÇÃO DE PROCESSOS FORMATIVOS POR MEIO DE CENTROS REGIONAIS DE REFERÊNCIA PARA AGENTES E TRABALHADORES ATUANTES NO CAMPO DAS POLÍTICAS SOBRE DROGAS	
Andrea Ruzzi-Pereira Paulo Estevão Pereira Ailton de Souza Aragão Rosimar Alves Querino Erika Renata Trevisan	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7191910078</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>109</b>
O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL PARA A ARTICULAÇÃO TERRITORIAL NO ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM PROBLEMAS RELACIONADOS AO USO DE DROGAS	
Ailton de Souza Aragão Rosimár Alves Querino Erika Renata Trevisan Andrea Ruzzi Pereira Paulo Estevão Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7191910079</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>126</b>
ITINERÁRIOS EM SAÚDE MENTAL: TENDÊNCIAS E NECESSIDADES	
Raphaela Schiassi Hernandes Genezini Bianca Gonçalves De Carrasco Bassi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.71919100710</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>141</b>
OFICINAS DE GERAÇÃO DE RENDA EM SAÚDE MENTAL: INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO	
Erika Renata Trevisan Ana Cláudia Ramos Fidencio Andrea Ruzzi Pereira Ailton de Souza Aragão Paulo Estevão Pereira Rosimar Alves Querino	
<b>DOI 10.22533/at.ed.71919100711</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>155</b>
ENSAIO TEÓRICO-PRÁTICO EM TERAPIA OCUPACIONAL:REINVENTANDO LUGARES E ESCOLHAS OCUPACIONAIS NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL	
Rita de Cássia Barcellos Bittencourt Luiz Antonio Pitthan	
<b>DOI 10.22533/at.ed.71919100712</b>	
<b>CAPÍTULO 13 .....</b>	<b>169</b>
APLICAÇÃO DA ESCALA DE AVALIAÇÃO DA IMAGEM POSTURAL EM INDIVÍDUOS COM DOENÇA	

DE PARKINSON (EAIP-DP): ESTUDO PILOTO

Milena Velame Deitos  
Karen Valadares Trippo

**DOI 10.22533/at.ed.71919100713**

**CAPÍTULO 14 ..... 183**

AVALIAÇÃO DA FUNÇÃO EXECUTIVA EM IDOSOS COM DOENÇA DE PARKINSON TRATADOS COM EXERGAME: UMA SÉRIE DE CASOS

Karen Valadares Trippo  
Carolina Ferreira Oliveira  
Daniel Dominguez Ferraz

**DOI 10.22533/at.ed.71919100714**

**CAPÍTULO 15 ..... 200**

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES ACOMETIDOS POR ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO (AVE) PROVENIENTES DO HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE MAIA (HRTM)

Oziel Tardely Sousa Farias  
Vinícius Carlos de Oliveira Amorim  
Pablo de Castro Santos

**DOI 10.22533/at.ed.71919100715**

**CAPÍTULO 16 ..... 215**

AVALIAÇÃO DE EQUILÍBRIO E MOBILIDADE EM IDOSOS COM GONARTROSE

Jhonata Clarck Rodrigues da Silva  
Dominique Babini Lapa de Albuquerque  
Dianny Dairly Barbosa de Lucena

**DOI 10.22533/at.ed.71919100716**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 223**

## DELINEANDO O CAMINHO: SELECIONANDO DESCRITORES PARA REVISÃO INTEGRATIVA NO ÂMBITO DA TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL

**Yuri Fontenelle Lima Montenegro**

Universidade de Fortaleza - Ceará

**Chrystiane Maria Veras Porto**

Universidade de Fortaleza - Ceará

**Marilene Calderaro Munguba**

Universidade Federal do Ceará - Ceará

**RESUMO:** O presente relato consiste em um recorte do trabalho de conclusão de curso de graduação, cujo tema consistiu em uma investigação sobre produções científicas brasileiras sobre Justiça Ocupacional em eventos científicos desta área, com consequente interface com a Terapia Ocupacional Social; realizada de março de 2015 a junho de 2016. Tem-se por objetivo descrever a escolha dos descritores para realizar o estudo. A pesquisa exploratória foi o meio pelo qual se definiu os descritores, e ocorreu de março a junho de 2015. Evidenciou-se a proximidade da Justiça Ocupacional com a Terapia Ocupacional Social a partir da população-alvo. Os conceitos de vulnerabilidade social, marginalização e desfiliação foram encontrados como forma de reunir a população-alvo em categoria ampla. A pesquisa teve por amostra 63 trabalhos encontrados em Anais das edições de 2009 a 2015 do Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional, Congresso Norte e Nordeste de Terapia Ocupacional, Encontro Nacional

de Docentes de Terapia Ocupacional e Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional. O descritor Terapia Ocupacional Social foi o de maior incidência, encontrado em 48 trabalhos; Vulnerabilidade Social, em 18; Desfiliação em 1 e Marginalização em nenhum. O descritor Justiça Ocupacional obteve uma resposta, em uma conferência, e Justiça Social nenhuma. Contudo, foi possível abranger a heterogeneidade da população-alvo, a qual foi posteriormente classificada em 7 categorias. É necessário promover vivências interdisciplinares que oportunizem maior apropriação dos conceitos de vulnerabilidade social, desfiliação, marginalização e justiça social, considerando que apresentaram baixa incidência nos trabalhos encontrados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Justiça Ocupacional, Justiça Social, Vulnerabilidade Social, Marginalização, Desfiliação.

**ABSTRACT:** This study is derivative from a research for the title of bachelor degree in occupational therapy. The research, investigating academic papers about the interface between occupational justice and social occupational therapy in scientific events of occupational therapy was held from March 2015 to June 2016. The objective of this study is to describe the selection of the descriptors to conduct the study. An exploratory research took place from

March to June 2015 for selecting the descriptors. The population turned out to be a common thread between Occupational Justice and Social Occupational Therapy. The concepts of social vulnerability, marginalization and disaffiliation were found as a way to identify a broad population and then classify it in 7 categories. 63 works were found in Annals of the 2009 to 2015 Brazilian Occupational Therapy Congress, North-Northeast Occupational Therapy Congress, National Meeting of Occupational Therapy Teachers and the National Seminar for Research in Occupation Therapy. The descriptor Social Occupational Therapy was the most prevalent, found in 48 papers; Social vulnerability was found in 18, Disaffiliation in 1 and Marginalization in none. The descriptor Occupational justice was found in a conference. There was no results for Social justice. However, it was possible to cover the diversity of the population. Interdisciplinary experiences may be relevant to raise consciousness for papers embracing the concepts of social justice, social vulnerability and disaffiliation

**KEYWORDS:** Occupational Justice, Social Justice, Social Vulnerability, Marginalization, Disaffiliation.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo trata-se de um recorte de trabalho de conclusão de curso de graduação em Terapia Ocupacional cuja proposta, inicialmente, era realizar uma revisão integrativa da produção sobre Justiça Ocupacional em periódicos internacionais. Contudo, após leitura dos trabalhos realizados por Durocher, Gibson e Rappolt (2014a; 2014b), sendo um destes uma revisão conceitual, optou-se por tomá-los como ponto de partida para investigar a relação entre conceitos de Justiça Ocupacional com a Terapia Ocupacional no Brasil.

O conceito de Justiça Ocupacional tem origem no campo da Ciência Ocupacional, a partir do trabalho conjunto das terapeutas ocupacionais Dr<sup>a</sup>. Ann Wilcock e Dr<sup>a</sup>. Elizabeth Townsend em meados da década de 90, agregando conhecimentos em empoderamento e prática centrada no cliente, proveniente dos trabalhos prévios desta, e o interesse de ambas em explorar a influência das ocupações na justiça social (TOWNSEND; MARVAL, 2013; DUROCHER; GIBSON; RAPPOLT, 2014a; DUROCHER; GIBSON; RAPPOLT, 2014b). Wilcock e Townsend (2011) afirmam que o objetivo da Justiça Ocupacional é sensibilizar os profissionais para o fato de que ao redor do mundo pessoas estão sujeitas a situações de injustiça ocupacional. As autoras fundamentam isto na compreensão de que o engajamento em ocupações fornece satisfação, significado e equilíbrio pessoal, familiar e comunitário.

Durocher, Gibson e Rappolt (2014a; 2014b) apresentam a síntese de diversos conceitos da Justiça Ocupacional a partir de autores variados. A comparação conceitual entre justiça social e Justiça Ocupacional e a descrição das espécies de injustiça ocupacional presente na literatura tiveram especial relevância para o prosseguimento do estudo, pois evidenciaram semelhanças entre elementos da Justiça Ocupacional e da Terapia Ocupacional Social. A distinção entre justiça social e Justiça Ocupacional

é caracterizada pela compreensão do homem enquanto ser ocupacional neste, apresentando características biológicas e ecológicas singulares que demandam acesso diferenciado a recursos e oportunidades, enquanto que aquela é baseada na natureza social do ser humano, nas relações sociais, igualdade de valor, direito, responsabilidade e poder entre os cidadãos. Contudo, apesar de evidenciar diferenças, há o reconhecimento de aproximações entre as duas perspectivas, podendo-se compreender a Justiça Ocupacional como uma espécie de justiça social cuja ênfase está centrada na participação em ocupações significativas (STADNYK et. al., 2010; WILCOCK, 2005; WILCOCK, 2006; WILCOCK; TOWNSEND, 2011; WHITEFORD; TOWNSEND, 2011). As situações de injustiça ocupacional são compreendidas na forma de desequilíbrio, privação, alienação, marginalização e *apartheid* ocupacionais; apresentando em comum algum tipo de limitação ou prejuízo do engajamento em ocupações, mas devido a fatores diferentes (TOWNSEND; MARVAL, 2013; DUROCHER; GIBSON; RAPPOLT, 2014).

Considerando que o único trabalho encontrado sobre Justiça Ocupacional em periódicos nacionais de Terapia Ocupacional foi o de Townsend e Marval (2013), passou-se a investigar a ocorrência de trabalhos sobre Justiça Ocupacional apresentados e publicados nos Anais dos principais eventos para a Terapia Ocupacional no Brasil e sua interface com a Terapia Ocupacional Social. Este trabalho, portanto, é uma relevante ferramenta para impulsionar estudos e histórias inspiradoras para um mundo mais justo e inclusivo no âmbito acadêmico e profissional, tendo por objetivo delinear o processo de seleção dos descritores para a pesquisa do trabalho de conclusão de curso, bem como relatar os dados quantitativos referentes aos mesmos.

## MATERIAIS E MÉTODOS

O presente relato consiste em um recorte do trabalho de conclusão de curso de graduação em Terapia Ocupacional, cujo tema consistiu em uma investigação sobre produções científicas sobre Justiça Ocupacional em eventos científicos da categoria, com conseqüente interface com a Terapia Ocupacional Social.

Realizou-se a pesquisa documental no período de março de 2015 a junho de 2016. Estipulou-se como descritores do estudo: Justiça Ocupacional, Justiça Social, Terapia Ocupacional Social, Marginalização, Desfiliação e Vulnerabilidade Social; que foram definidos a partir da primeira fase da investigação - estudo exploratório (SEVERINO, 2016; BAUER; GASKEL, 2014; MINAYO, 2010), realizada em periódicos nacionais e internacionais, realizada de março a junho de 2015.

O trabalho de conclusão de curso, do qual este estudo é um recorte, consistiu em revisão integrativa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010; NIRMALA; EDISON; SUNI, 2011) de abordagem qualitativa (PIMENTEL; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2009; MARCONI; LAKATOS, 2011) e quantitativa (SEVERINO, 2016; MARCONI; LAKATOS, 2011).

A partir da análise estatística descritiva (SEVERINO, 2016; BLAIR; TAYLOR,

2013; RODRIGUES, 2014) dos dados quantitativos foi possível observar a incidência dos descritores selecionados nos trabalhos apresentados e publicados nos Anais das edições de 2009 a 2015 do Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional, Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional, Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional e o Congresso Norte-Nordeste de Terapia Ocupacional, que estiveram de acordo com os critérios de inclusão determinados, a saber: trabalhos das edições dos eventos já citados, que apresentaram os descritores selecionados no título, resumo ou palavras-chave.

A busca pelos descritores nos Anais seguiu dois padrões: o uso da ferramenta de pesquisa, quando disponível, ou a busca rápida em Anais disponíveis em websites ou que reuniram os trabalhos em um mesmo arquivo de PDF. Assim, optou-se por não realizar associação de descritores durante a busca. Efetuou-se a leitura dos resumos em etapa seguinte para selecionar os trabalhos que fizeram parte da amostra do estudo.

## RESULTADOS

Os descritores foram definidos após pesquisa exploratória que tornou evidente a aproximação do conceito de Justiça Ocupacional com o de Justiça Social e o de Terapia Ocupacional Social. Marginalização, Vulnerabilidade Social e Desfiliação são termos referentes à população alvo da prática de terapeutas ocupacionais tanto na bibliografia referente à Justiça Ocupacional (TOWNSEND; MARVAL, 2013; DUROCHER; GIBSON; RAPPOLT, 2014a; 2014b) quanto na que menciona a Terapia Ocupacional Social (BARROS et. al., 2005; BARROS et. al., 2011; GALHEIGO, 2005; GALHEIGO, 2011; GALHEIGO, 2016; GHIRARDI; LOPES, 2005).

A pesquisa teve por amostra 63 trabalhos identificados em publicações nos Anais de eventos científicos nacionais na área de Terapia Ocupacional em edições de 2009 a 2015.. A partir do gráfico 1 é possível evidenciar a predominância do descritor Terapia Ocupacional Social, presente em 76,2% (n=48) dos trabalhos selecionados, seguido por Vulnerabilidade Social, 28,6% (n=18) e Desfiliação, 1,6% (n=1).

Os descritores Justiça Social, Marginalização e Justiça Ocupacional não foram encontrados na amostra do estudo. Entretanto, este último foi tema de uma conferência do XI Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional em 2009.

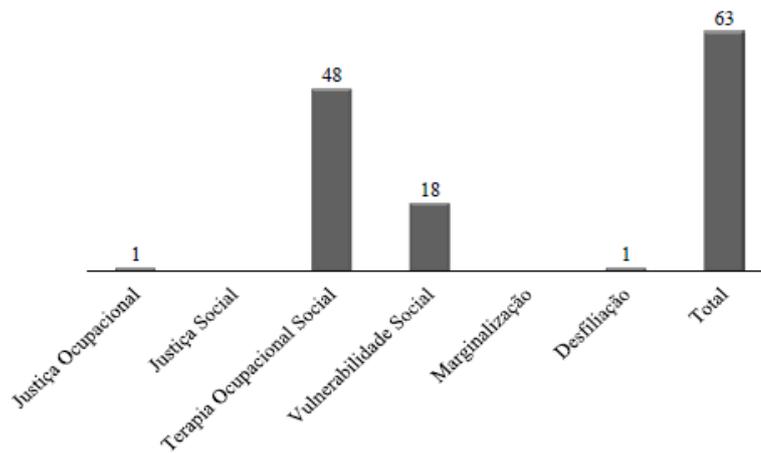


Gráfico 1: Quantificação dos descritores encontrados.

Gráfico 1: Quantificação dos descritores encontrados.

O gráfico 2 evidencia a diversidade de pessoas beneficiadas pela intervenção de terapeutas ocupacionais no campo social. Destaque-se que a predominância de trabalho é notadamente referente aos ciclos de vida, totalizando 56%. Destes, trabalhos referentes a crianças e adolescentes são majoritários, representando 29%, sucedido pela juventude (21%), e os idosos (6%). Os trabalhos cuja população-alvo é referente a alguma situação de pobreza representa 18%. Questões de gênero representam 12%, pessoas com deficiência 10% e trabalhos referentes à mobilidade humana, abordando a situação de imigrantes, 8%.

Cabe ressaltar que os itens indicados no gráfico 2 para categorizar a população-alvo dos trabalhos de terapeutas ocupacionais no campo social não são definitivos. Qualquer trabalho analisado pode ser incluso em mais de um dos itens acima. Contudo, para a análise quantitativa não houve repetição de trabalhos em categorias distintas.

A análise qualitativa da pesquisa apresentou repetição de trabalhos em diferentes categorias. Os trabalhos utilizados para compor o gráfico 2 totalizam 51. Os outros 12 trabalhos não foram utilizados para compor o gráfico 2 pois são referentes à graduação, pesquisas ou outros temas que não permitem a categorização da população-alvo em um item específico. Assim, verifica-se uma orientação para encorajar ações coletivas que envolvem os equipamentos sociais. A história da profissão revela que este é um tema complexo e os terapeutas ocupacionais trabalham para identificar os aspectos que contribuem para o desequilíbrio do sistema e usam a atividade para voltar a equilibra-lo (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2005).

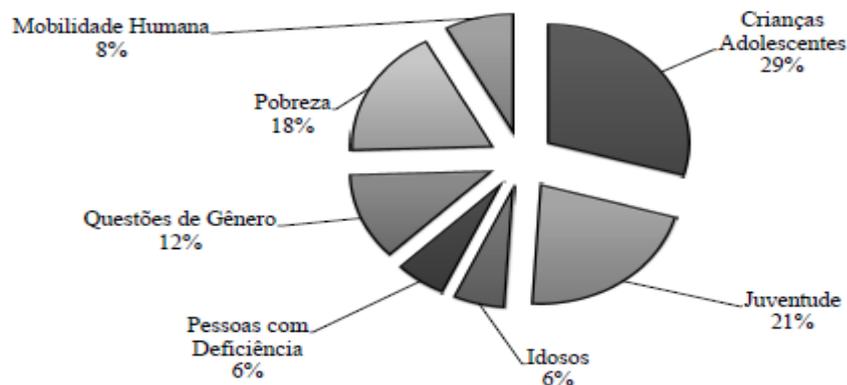


Gráfico 2: Percentual da população alvo abordada no trabalho de conclusão de curso (n=51).

Gráfico 2: Percentual da população alvo abordada no trabalho de conclusão de curso (n=51).

Percebe-se que os trabalhos alcançados pelos descritores escolhidos para a realização da pesquisa para o trabalho de conclusão do curso, lidam com população-alvo bastante diversas. Portanto, a definição de descritores que pudessem caracterizar a população-alvo e o tema dos trabalhos de maneira ampla garantiram que a diversidade presente nas pesquisas em Terapia Ocupacional Social fosse preservada para a realização da revisão integrativa.

## DISCUSSÃO

Destaque-se que, apesar de certa incidência do descritor “Vulnerabilidade Social”, há escassez de resultados para os descritores que buscam caracterizar a população-alvo nas práticas em Terapia Ocupacional Social de forma ampla. Percebe-se que a tendência é a escolha de termos que enquadrem esta população em categorias mais específicas; algo mais próximo do que se buscou com o gráfico 2. Ainda assim, a caracterização ampla demonstra relevância ao se referir à Terapia Ocupacional Social, conforme aponta Galheigo (2005; 2011; 2016).

Contudo, considerando que entre os termos “vulnerabilidade social”, “marginalização” e “desfiliação” apenas este não consta entre os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), é possível que a preferência do primeiro ao segundo seja explicada por Galheigo (2011) ao contextualizar o significado dos conceitos a partir da perspectiva sociológica.

Em adição, há também assimilação dos conceitos apresentados por Castel (1997) em publicações de relevância para a Terapia Ocupacional Social (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; BARROS, 2004; MALFITANO, 2005). O sociólogo francês propõe um modelo transversal para enquadrar a população em diferentes situações de marginalidade utilizando-se da relação com o trabalho e inserção relacional como características compartilhadas pelos grupos suscetíveis a esta situação. Assim, Castel (1997) caracteriza a zona de integração a partir do trabalho estável e inserção relacional forte; a zona de vulnerabilidade a partir do trabalho precário e fragilidade

dos apoios relacionais; a zona de desfiliação por meio da ausência de trabalho e isolamento social; e ainda descreve a zona de assistência abrangendo pessoas que estão à parte do trabalho, mas recebem suporte social mais ou menos instável, não sendo “invisível” para a comunidade. Portanto, o referencial de Castel juntamente com outros significados atribuídos à palavra “marginalização” ou “marginais” (GALHEIGO, 2005; 2011), no contexto brasileiro, pode ser a explicação para a preferência ao termo vulnerabilidade social e, de forma mais discreta, desfiliação.

Prosseguindo com a análise dos resultados em relação aos descritores, fica evidente que justiça ocupacional não faz parte do vocabulário da profissão no Brasil. Contudo, o termo justiça social, presente na Constituição Federal (BRASIL, 2013) e em documentos símbolos da mudança de paradigma na área da saúde<sup>1</sup> (BRASIL, 2002), que se vincula com etapas iniciais do desenvolvimento da Terapia Ocupacional Social (GALHEIGO, 2016), também não aparenta estar presente nas produções da profissão; apesar de referências frequentes a direitos, cidadania e emancipação social.

Eis, portanto, um contraste com as produções a respeito da justiça ocupacional, em especial sobre o *Participatory Occupational Justice Framework* (TOWNSEND; WHITEFORD, 2005; WHITEFORD; TOWNSEND, 2011): a assimilação de conceitos relacionados a teorias da justiça no arcabouço teórico de um quadro de referência para nortear a prática profissional. Em que isso implica?

A literatura internacional (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE TERAPIA OCUPACIONAL, 2015; WHITEFORD; TOWNSEND, 2011; RICHARDSON; MACRAE, 2011; CZYMONIEWICZ-KLIPPEL, 2011; KRAMER-ROY, 2011; KRONENBERG; POLLARD, 2005; TOWNSEND; WHITEFORD, 2005; ABELENDÁ et. al., 2005; FUJIMOTO; IWAMA, 2005; WOOD; HOOPER; WOMACK, 2005) aponta que o conceito de justiça ocupacional tem sido assimilado na estrutura teórica da Terapia Ocupacional e norteador práticas profissionais de forma a refletir o compromisso social do terapeuta ocupacional para com a população.

Inclusive, esse compromisso retoma objetivos já presentes na prática profissional ao longo de sua história - inclusão social e qualidade de vida, por exemplo - e abrange outros ainda não tão consolidados como os anteriores; é o caso dos direitos humanos e justiça.

Ora, apesar da ausência de menções diretas à justiça social, tais conceitos estão presentes em publicações da Terapia Ocupacional Social (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; BARROS, 2004; MALFITANO, 2005; SILVA, 2014; LOPES, 2016; GALHEIGO, 2016; GHIRARDI, 2016; MALFITANO, 2016; DORNELES; LOPES, 2016); considerando que, por haver um distanciamento de objetivos familiares à área

---

<sup>1</sup> A Carta de Ottawa, alvítre da I Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde que determinou como objetivo promover o alcance da saúde para todos até o ano 2000, tornou-se importante para a compreensão do surgimento da discussão sobre Justiça Ocupacional à medida que marca a busca por uma compreensão sistêmica da saúde. O documento suscitou a ampliação do olhar sobre a saúde para além dos aspectos biológicos, incluindo a justiça social como pré-requisito para que a “vida saudável” se torne realidade (BRASIL, 2002).

da saúde, a busca pela cidadania e emancipação social desempenhe função análoga à da qualidade de vida<sup>2</sup>.

Portanto, apesar das diferenças, os conceitos de Justiça Ocupacional e Terapia Ocupacional Social desempenham funções semelhantes na prática de terapeutas ocupacionais inseridos em contextos sociais diferentes. Nestes contextos, os terapeutas ocupacionais, preocupados com as dinâmicas sociais que produziram essa realidade, vieram a discutir sobre as temáticas sociais e as possibilidades de trabalho no campo social. Todavia, se os terapeutas ocupacionais pretendem contribuir no campo social e melhorar a igualdade social, devem redimensionar os objetivos e as estratégias que sustentam suas ações nos contextos sociais considerando a complexidade dos problemas e o pluralismo das concepções atinentes à cultura e aos saberes.

## CONCLUSÃO

Considerando a abrangência de trabalhos com propostas e população-alvo diversas, a utilização dos descritores Terapia Ocupacional Social, Vulnerabilidade Social, Desfiliação, Marginalização, Justiça Ocupacional e Justiça Social foi adequada para a realização da revisão integrativa a fim de investigar a relação entre o conceito de justiça ocupacional com a Terapia Ocupacional no Brasil.

As diferenças na incidência dos descritores Vulnerabilidade Social, Desfiliação e Marginalização pode ser explicada a partir da assimilação dos conceitos apresentados pelo sociólogo Robert Castel presente na literatura nacional sobre a Terapia Ocupacional Social juntamente com os significados de “infratores” atribuídos, no contexto brasileiro, a uma determinada população quando referida pelo termo “marginalizados” ou “marginais”.

A ausência do descritor Justiça Social nos trabalhos apresentados e publicados em Anais dos eventos científicos nacionais de maior relevância para a Terapia Ocupacional, considerando a presença do termo na Constituição Federal e em documentos relevantes para a história do campo da Terapia Ocupacional Social, não se traduz em considerável discrepância quando comparado com os conceitos associados à Justiça Ocupacional.

Apesar de a ausência do termo “justiça social” não ter sido esperada, percebe-se que o arcabouço teórico e a aplicação prática da Justiça Ocupacional e da Terapia Ocupacional Social apresentam objetivos e pressupostos semelhantes, desempenhando funções análogas no exercício profissional de terapeutas ocupacionais em diferentes contextos sociais.

Ressaltamos que aprofundar considerações a respeito das possíveis contribuições

---

<sup>2</sup> Na esfera da saúde há o objetivo de habilitar o cliente à vivência de uma vida de qualidade, satisfatória, apesar de eventuais comprometimentos, enquanto que no campo social se preza pela garantia dos direitos inerentes ao ser humano e exercício da cidadania de forma plena, embora existam, ou tenham existido, adversidades na trajetória de vida.

da apropriação do conceito de justiça social para a Terapia Ocupacional no Brasil não foi o objetivo deste estudo, e acreditamos que há necessidade de outros estudos caso se deseje ampliar as discussões sobre o assunto.

Sabemos que esta tarefa é difícil e tem limitações, principalmente políticas e sociais, mas acreditamos que as competências do terapeuta ocupacional poderão fomentar sua prática profissional neste campo. Limitando-se ao ponto essencial, podemos dizer que há, certamente, competências profissionais para a instituição de um projeto democrático à luz da exigência de justiça ocupacional. Portanto, entre as múltiplas questões a serem aprofundadas, salientamos duas: o currículo e a formação do terapeuta ocupacional.

## REFERÊNCIAS

- ABELEND, J. et. al. The model of human occupation as a conceptual tool for understanding and addressing occupational apartheid. In: KRONENBERG, F.; SIMÓ ALGADO, S.; POLLARD, N. *Occupational therapy without border (volume 1): learning from the spirit of survivors*. Toronto: Elsevier Churchill Livingstone, 2005.
- ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE TERAPIA OCUPACIONAL. Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 26, edição especial, p. 1-49, jan./abr., 2015.
- BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 13, n. 3, p. 95-103, set./dez., 2002
- BARROS, D. D. Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 15, n. 3, p. 90-97, set./dez., 2004.
- BARROS, D. D.; GHIRARDI, M.I.; LOPES, R.E. Social occupational therapy: a socio-historical perspective. In: KRONENBERG, F.; SIMÓ ALGADO, S.; POLLARD, N. *Occupational therapy without border (volume 1): learning from the spirit of survivors*. Toronto: Elsevier Churchill Livingstone, 2005.
- BARROS, D. D. et. al. Brazilian experiences in social occupational therapy. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SAKELLARIOU, D. *Occupational therapies without borders (volume 2): towards an ecology of occupation-based practice*. Toronto: Elsevier Churchill Livingstone, 2011.
- BAUER, W. M.; GASKELL, G. (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 12. ed. Tradução Pedrinho A.Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BLAIR, R. C.; TAYLOR, R. A. *Bioestatística para ciências da saúde*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: de 5 de outubro de 1988. 37. Ed. 2013. VitalSource BookshelfOnline. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522477319/cfi/3!/4/4@0.00:54.7>>. Acesso em: 29 set. 2016.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE. PROJETO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE. *As cartas de promoção da saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. *Caderno CRH*, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

- CZYMONIEWICZ-KLIPPEL, M. T. Researching to learn: embracing occupational justice to understand Cambodian children and childhoods. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SAKELLARIOU, D. *Occupational therapies without borders (volume 2): towards an ecology of occupation based practice*. Toronto: Elsevier Churchill Livingstone, 2011.
- DORNELES, P. S.; LOPES, R. E. Cidadania e diversidade cultural: uma pauta para a terapia ocupacional. In: LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.
- DUROCHER, E.; GIBSON, B. E.; RAPPOLT, S. Occupational justice: a conceptual review. *Journal of Occupational Science*, v. 21, n. 4, p. 418-430, 2014a.
- DUROCHER, E.; GIBSON, B. E.; RAPPOLT, S. Occupational justice: future directions. *Journal of Occupational Science*, v. 21, n. 4, p. 431-442, 2014b.
- FUJIMOTO, H.; IWAMA, M. Muffled cries and occupational injustice in Japanese society. In: KRONENBERG, F.; SIMÓ ALGADO, S.; POLLARD, N. *Occupational therapy without border (volume 1): learning from the spirit of survivors*. Toronto: Elsevier Churchill Livingstone, 2005.
- GALHEIGO, S. M. Occupational therapy and the social field: clarifying concepts and ideas. In: KRONENBERG, F.; SIMÓ ALGADO, S.; POLLARD, N. *Occupational therapy without border (volume 1): learning from the spirit of survivors*. Toronto: Elsevier Churchill Livingstone, 2005.
- GALHEIGO, S. M. Occupational therapy in the social field: concepts and critical considerations. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SAKELLARIOU, D. *Occupational therapy without borders (volume 2): towards an ecology of occupation-based practice*. Toronto: Elsevier Churchill Livingstone, 2011.
- GALHEIGO, S. M. Terapia ocupacional social: uma síntese histórica acerca da constituição de um campo de saber e de prática. In: LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.
- GHIRARDI, M. I. G. Terapia ocupacional e processos econômicos-sociais. In: LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.
- KRAMER-ROY, D. Occupational injustice in Pakistani families with disabled children in the UK: a PAR study. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SAKELLARIOU, D. *Occupational therapies without borders (volume 2): towards an ecology of occupationbased practice*. Toronto: Elsevier Churchill Livingstone, 2011.
- KRONENBERG, F.; POLLARD, N. Overcoming occupational apartheid: a preliminary exploration of the political nature of occupational therapy. In: KRONENBERG, F.; SIMÓ ALGADO, S.; POLLARD, N. *Occupational therapy without border (volume 1): learning from the spirit of survivors*. Toronto: Elsevier Churchill Livingstone, 2005.
- LOPES, R. E. Cidadania, direitos e terapia ocupacional social. In: LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.
- MALFITANO, A. P. S. Campos e núcleos de intervenção na terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 16, n. 1, p. 1-8, jan./abr., 2005.
- MALFITANO, A. P. S. Contexto social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In: LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia científica*. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. Ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NIRMALA, V.; EDISON, J. S.; SUNI, M. S. *Research methodology in nursing*. New Delhi: Jaypee Brothers Medical Publishers, 2011.

PIMENTEL, A.; OLIVEIRA, I. B.; ARAÚJO, L. Pesquisa qualitativa: aplicações em terapia ocupacional e psicologia. In: PIMENTEL, A.; OLIVEIRA, I. B.; ARAÚJO, L. *Pesquisas qualitativas em terapia ocupacional*. Belém: Amazônia Editora, 2009.

RICHARDSON, P. K.; MACRAE, A. An occupational justice research perspective. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SAKELLARIOU, D. *Occupational therapies without borders (volume 2): towards an ecology of occupation-based practice*. Toronto: Elsevier Churchill Livingstone, 2011.

RODRIGUES, M. A. S. *Bioestatística*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, C. R. Direitos humanos para a diversidade: construindo espaços de arte, cultura e educação. Brasília: São Jorge, 2014.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer? *Einstein*, v. 8, p. 102-106, 2010.

STADNYK, R. et. al. Occupational justice. In: CHRISTIANSEN, C. H.; TOWNSEND, E. *Introduction to occupation: the art and science of living*. 2. Ed. Upper Saddle River: Pearson Education, 2010.

TOWNSEND, E.; MARVAL, R. Profissionais podem realmente promover justiça ocupacional? *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 21, n. 2, p. 229-242, 2013.

TOWNSEND, E.; WITHEFORD, G. A participatory occupational justice framework: population-based processes of practice. In: KRONENBERG, F.; ALGADO, S. S.; POLLARD, N. *Occupational therapy without borders: learning from the spirit of survivors (volume 1)*. Toronto: Elsevier Churchill Livingstone, 2005.

WHITEFORD, G.; TOWNSEND, E. Participatory occupational justice framework (POJF): enabling occupational participation and inclusion. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SAKELLARIOU, D. *Occupational therapies without borders (volume 2): towards an ecology of occupation-based practice*. Toronto: Elsevier Churchill Livingstone, 2011.

WILCOCK, A. Older people and occupational justice. In: MCINTYRE, A.; ATWAL, A. *Occupational therapy and older people*. Oxford: Blackwell, 2005.

WILCOCK, A. *An occupational perspective f health*. 2. Ed. Thorofare: Slack, 2006.

WILCOCK, A.; TOWNSEND, E. Justiça ocupacional. In: CREPEAU, E. B.; COHN, E. S.; SCHELL, B. A. B. *Willard & Spackmann – Terapia ocupacional*. 11. Ed. Guanabara Koogan, 2011. VitalSource Bookshelf Online.

WOOD, W.; HOOPER, B. WOMACK, J. Reflections on occupational justice as a subtext of occupation centered education. In: KRONENBERG, F.; SIMÓ ALGADO, S.; POLLARD, N. *Occupational therapy without border (volume 1): learning from the spirit of survivors*. Toronto: Elsevier Churchill Livingstone, 2005.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**ANELICE CALIXTO RUH** Fisioterapeuta, pós-graduada em Ortopedia e Traumatologia pela PUCPR, mestre em Biologia Evolutiva pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Prática clínica em Ortopedia com ênfase em Dor Orofacial, desportiva. Professora em Graduação e Pós-Graduação em diversos cursos na área de saúde. Pesquisa clínica em Laserterapia, kinesio e linfo taping.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-471-9



9 788572 474719